

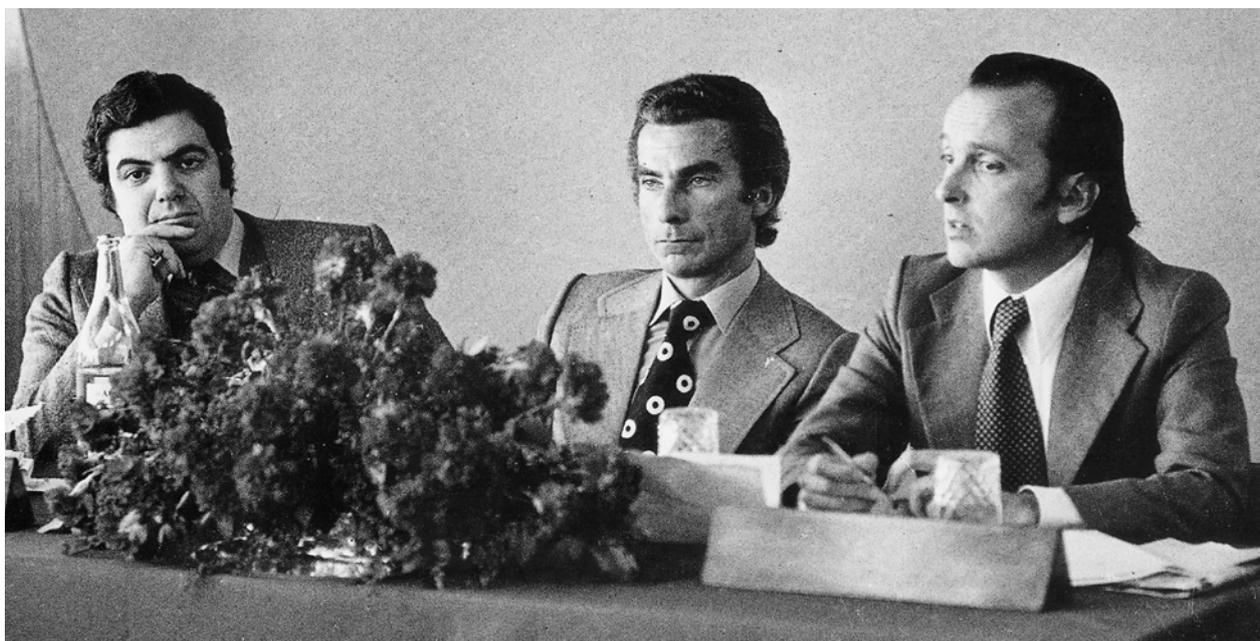
RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

INTRODUÇÃO

Fundado em 6 de maio de 1974 por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, o Partido Social Democrata, então sob o nome Partido Popular Democrático (P.P.D.), veio a ser legalizado em 17 de janeiro de 1975, alterando a sua designação em 3 de outubro de 1976. O seu símbolo viria a ser criado em julho, onde se destacam as três setas, representativas dos valores fundamentais da social-democracia, a saber, a liberdade, a igualdade e a justiça social, a solidariedade.

Este relatório que agora se apresenta versa sobre a atividade e as contas do Partido no exercício económico de 2021.

Nos termos do disposto na alínea e) do nº. 1 do artigo 25.º dos Estatutos do PSD, cabe ao Secretário-Geral do Partido Social Democrata remeter as contas do Partido para sua aprovação, norma a que se dá cumprimento com o presente relatório de gestão do ano de 2021.



Ainda que as atípicas condições relacionadas com a pandemia não deixassem de influir na atividade do partido, certo é que, este ano, observámos já um decréscimo das restrições a que, nos últimos anos, fomos impelidos. O presente relatório espelha os resultados da gestão corrente do último ano completo de mandato do Dr. Rui Rio como Presidente do Partido, já que estamos perante eleições internas agendadas para o próximo dia 28 de maio de 2022, que determinarão a mudança de direção.

A ATIVIDADE NO ANO DE 2021



Em 2021 filiaram-se 4.440 novos militantes e desfiliaram-se 708 militantes.

A atividade partidária continuou de alguma forma condicionada pela pandemia SARS-CoV-2, assistindo-se à utilização frequente de ações remotas utilizando meios digitais aos quais, pela conjuntura, fomos forçados a aderir.

Ainda assim, grande parte do ano foi absorvido pela campanha eleitoral para as autarquias locais cuja eleição ocorreu em 26 de setembro de 2021.

No ano de 2021 destacaram-se as seguintes iniciativas, eventos ou momentos do PSD:

- Pré-campanha e campanha para as eleições para as autarquias locais (entre 26 de março e 26 de setembro de 2021);
- Reunião do Conselho Estratégico Nacional no Porto em 7 de maio de 2021;
- Reunião do Conselho Estratégico Nacional em Lisboa em 22 de junho de 2021;
- Evento da Coordenação Nacional do CEN na Figueira da Foz a 2 de julho de 2021;

- Reunião do Conselho Estratégico Nacional em Lisboa sob o tema “Trabalho e Segurança Social” em 22 de julho de 2021;
- Evento da Coordenação Nacional do CEN em Coimbra a 13 de novembro de 2021;
- Convenção do Conselho Estratégico Nacional em Coimbra sob o tema “Saúde” em 20 de novembro de 2021;
- Eleições Diretas em 27 de novembro de 2021;
- 39º Congresso Nacional do PSD, que teve lugar no Europarque em Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2021;
- Realização de 26 *webinars* do CEN, com a participação de Deputados, membros do CEN e personalidades de relevo nos vários setores de atividade.

Verificaram-se os seguintes gastos associados aos eventos mais relevantes:

Evento	Total de receitas	Total de gastos
Eleições Diretas		7 078,01
39º Congresso Nacional PSD	55 770,00	287 697,70
Eventos CEN		9 051,19
TOTAL	55 770,00	303 826,90

A digitalização já é uma realidade na atividade política do partido, tendo-se mantido a realização de reuniões online e *webinars*.

Na área da comunicação manteve-se a aposta na promoção do Partido e da sua atividade através das redes sociais e de outros dispositivos, tratando-se já, nesta altura, de canais profissionalizados.



CAMPANHA ELEITORAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS DE 2021



Em 2021 ocorreram as eleições para as autarquias locais. O complexo e extenso processo de consolidação das quase três centenas de municípios onde apresentámos candidatura não ficou concluído a tempo de ser incluído nas presentes demonstrações financeiras. Contudo, trabalhamos para que tal realidade venha a ser possível num muito curto espaço de tempo, implicando, oportunamente, a reformulação das demonstrações financeiras relativas ao ano fiscal de 2021 por inclusão dos montantes inerentes a esta campanha eleitoral.

O prazo de prestação de contas das eleições autárquicas ainda não terminou. Para cumprimento do prazo legal de prestação de contas anuais dos partidos políticos foi necessário promover esta apresentação de contas referente apenas à gestão corrente do ano de 2021.

Assim, o impacto desta pré-campanha e campanha eleitoral ocorrida entre março e setembro deste ano ainda não se encontra totalmente apurado, mas estima-se uma evolução muito positiva face ao sucedido nas prévias eleições autárquicas de 2017, com uma melhoria significativa dos resultados.

Na presente data podemos avançar que se encontram já liquidados € **10.467.208,00** a fornecedores da campanha. Nunca, antes, o Partido pagou tanto dinheiro a fornecedores das eleições autárquicas, num tão curto espaço de tempo, melhorando-se os prazos de pagamento.

Este resultado ocorreu porque as nossas preocupações focaram-se, desde o início, na organização do processo eleitoral autárquico. O partido dispôs de uma plataforma informática inovadora e modular (Sistema Interno de Gestão Autárquica e Financeiro - SIGAF) que agregou todas as burocracias inerentes a este processo, centralizando toda a informação necessária a todos os intervenientes, que entre candidatos, mandatários e diretores de campanha superou largamente mais de um milhão de intervenientes ou utilizadores. Esta inovação permitiu à Sede Nacional o acompanhamento próximo do processo de despesa, antecipando a correção de irregularidades que só muito mais tarde seriam identificadas e que não impediriam eventuais sanções a aplicar nos termos da Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais. A credibilização do partido perante os eleitores também se faz pela credibilização do funcionamento interno e da área financeira.

Pela primeira vez foram assinados contratos de campanha com as candidaturas, estabelecendo-se todas as regras de funcionamento das eleições e os respetivos orçamentos de campanha, trazendo transparência e clareza ao processo de relação da Secretaria Geral com as candidaturas. Anteriormente, muitas candidaturas funcionavam na incerteza das regras. O SIGAF permitiu a geração do contrato de campanha e, ainda a gestão da tesouraria de campanha, com a geração de ficheiros SEPA (onde se incluem o cumprimento das regras legais) e culminando no processo de prestação de contas. Para se ter uma ideia, no decurso deste processo foram pré-autorizadas pelo mandatário financeiro nacional, através do SIGAF, 4.876 processos de despesa. Foram, ainda, inseridas 14.120 despesas e 9.357 faturas pelas candidaturas neste sistema, que possibilitou o acesso da Sede Nacional às mesmas em tempo real. Para a realização dos pagamentos foram gerados 3.604 ficheiros SEPA, que possibilitaram a distribuição das verbas necessárias às candidaturas para a realização dos pagamentos aos fornecedores. Ao contrário do que era feito em eleições autárquicas anteriores, em que a sede avançava com verbas iniciais às candidaturas para pagamento de despesas, que depois não eram acompanhadas pela Sede Nacional, desta vez as verbas iam sendo avançadas apenas depois da validação da regularidade dos processos de despesa, nomeadamente para efeitos de detalhe dos descritivos das faturas e dos preços contratados, atentas as regras impostas pela lei e pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

Para que o partido estivesse em condições de garantir os pagamentos aos fornecedores, negociámos com a banca a disponibilização de um valor descoberto até € 8.000.000,00 para financiamento da campanha eleitoral - “Autárquicas 2021”, que foi integralmente liquidado no ano de 2021. Gerimos centralmente a abertura, a manutenção, o provisionamento, e os pagamentos realizados em quase 300 contas bancárias distintas. Pela primeira vez, o mandatário financeiro nacional integrou o conjunto de pessoas autorizadas em cada conta bancária, o que se mostrou essencial neste processo autárquico, para efeito de cumprimento das regras legais, já que autorizámos o pagamento de despesas apenas após certificação do cumprimento das regras em vigor.



Desta forma, procurámos a redução drástica das irregularidades cometidas em campanhas eleitorais (sendo que até agora, apenas eram sempre detetadas *a posteriori* e no âmbito dos trabalhos de auditoria).

Ademais, efetuámos ações de formação locais presenciais ou quando tal foi inviável, promovemo-las remotamente através de meios digitais. O mandatário financeiro nacional interagiu com as candidaturas diretamente e intensamente ao longo de todo o processo autárquico, estabelecendo-se com todos uma relação de proximidade e acompanhamento contínuo dos mandatários financeiros locais. Juntamente com os serviços financeiros da sede nacional, estivemos disponíveis em permanência para todos os mandatários financeiros locais. Desenvolvemos formas de acompanhar e ajudar quem, efetivamente, quis fazer parte deste complexo processo de gestão centralizada prévia, que visou única e exclusivamente ajudar as candidaturas a cumprir as suas obrigações e os orçamentos de campanha.

A Secretaria Geral terminou, também, com a cativação de 10% dos orçamentos de campanha, uma metodologia utilizada no passado, que se revelava injusta, porque levava a que todas as candidaturas autárquicas iniciassem o seu processo de despesa com um défice de campanha à partida. Nestas eleições de 2021 os valores assumidos pela Secretaria Geral foram cumpridos, sem surpresas para ninguém.

O cumprimento das regras emanadas centralmente privilegiou o pagamento atempado de despesas de campanha. Esta medida visa manter o bom nome do PSD perante os fornecedores de bens e serviços.

Quando apresentarmos as contas encerradas das eleições autárquicas teremos a oportunidade de analisar o cumprimento das candidaturas dos orçamentos de campanha, embora possamos adiantar que a maioria cumpriu, o que é algo que nos deve orgulhar como partido, já que demonstra o compromisso de cada um para com a nossa organização.

PASSIVO

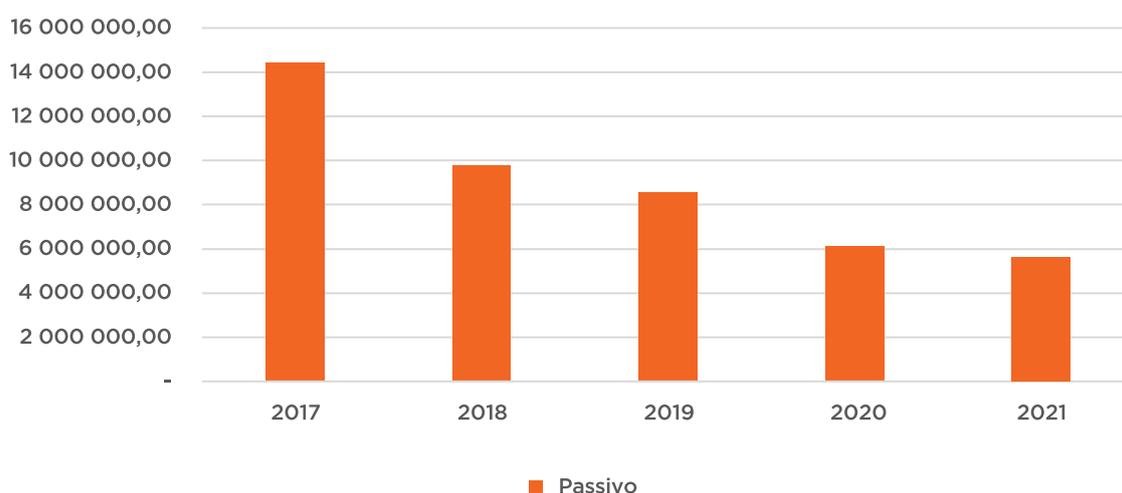
O PSD persistiu no seu objetivo de reduzir passivo, evidenciando-se, em concreto, a evolução nas rubricas referentes às eleições autárquicas.

Eleições	Ano	Saldo a 31.12.2020 Valor em €	Saldo a 31.12.2021 Valor em €	Varição (abs.)	Varição (%)
Eleições Autárquicas	2013	537 300	524 540	- 12 759	-2,37%
Eleições Autárquicas	2015	810 032	648 203	- 161 829	-19,98%
Financiamentos de M/L prazo	2016	1 766 311	1 443 519	- 322 792	-18,27%

Na globalidade, **registou-se uma redução de 8,6% em 2021, num montante que ascende a mais de meio milhão de euros.**

Novamente devemos mencionar, também, como contributo muito positivo para a redução do passivo, o esforço da Secretaria Geral do PSD na Madeira, que diminuiu o seu endividamento na banca.

Evolução do Passivo em euros



O trabalho encetado pela *Deloitte* quanto à explicação exaustiva do Passivo deve permanecer como base de referência para regularizações de saldos transatos que constam das nossas demonstrações financeiras desde há alguns anos. Esse trabalho apenas pode ser concluído com o auxílio indispensável das nossas estruturas descentralizadas, ainda que tenhamos necessidade de retroagir à data da criação de tais registos.

RESULTADOS

O resultado líquido do partido na gestão corrente ascendeu a € 976 172,45, muito semelhante ao apresentado no ano anterior.

A contínua evolução positiva dos resultados permite apresentar uma situação líquida de **21,7 milhões de euros**, melhorada em um milhão de euros relativamente a 2020.

O resultado apresentado nas nossas Demonstrações Financeiras permite-nos encarar com grande otimismo a negociação de financiamentos para as campanhas eleitorais, sempre que necessário. Na presente conjuntura é-nos acessível constatar que temos conseguido obter excelentes condições de financiamento na banca dada a nossa solidez financeira.

Contudo, estes resultados não devem desviar o PSD do caminho de consolidação das suas contas financeiras e da aposta na redução do Passivo, que ascende, ainda, aos expressivos **5,6 milhões de euros**.

Ao longo do tempo, o esforço do partido como um todo possibilitará que o Passivo deixe de constranger a capacidade política do PSD.



OUTROS EVENTOS OU INICIATIVAS



Ainda que tenha sido um ano de gradual retorno às rotinas presenciais, 2021 foi já, na sua parte final, um ano em que se realizaram novas eleições para Presidente da Comissão Política Nacional e conseqüentemente um novo Congresso Nacional.

O 39º Congresso Nacional do PSD realizou-se em Santa Maria da Feira e mantiveram-se as inovações introduzidas nos processos digitais de credenciação, que tão bons resultados têm evidenciado nos Congressos realizados já sobre a liderança de Rui Rio.

De destacar, na organização do Congresso, a necessidade imposta pela situação pandémica que determinou a necessidade de garantir a segurança sanitária do evento. Todos aqueles que se deslocaram ao Congresso tiveram de ser portadores de teste Covid-19, tendo o PSD disponibilizado um centro de testagem local, que testou mais de um milhar de pessoas.

O Conselho Estratégico Nacional, em resultado da articulação entre o Partido, o Grupo Parlamentar e a sociedade civil, manteve a sua atividade, mas essencialmente de forma digital.

NOTAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O ano de 2021 veio reforçar a tendência já verificada em 2020 de resultados líquidos positivos. **O resultado líquido foi de 976,1 mil euros.** De notar que este resultado não espelha o impacto das eleições autárquicas pois, como se referiu, o processo de prestação de contas ainda se encontra a ser finalizado.

Após uma forte inicial contenção de gastos, a reorganização da estrutura interna do partido e do seu funcionamento, o incremento da atividade presencial, justificaram o ligeiro aumento de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos que, contudo, não impactaram com relevo os resultados positivos anuais.

Do lado dos rendimentos, se a subvenção do Estado se manteve inalterada, tal como o indexante de apoios sociais (IAS), já o valor das quotizações de militantes sofreu um ligeiro decréscimo em virtude de termos um menor número de militantes ativos.

Na rubrica dos donativos registou-se um aumento muito significativo, algo encarado como natural dado que em anos de maior atividade política corrente verifica-se uma maior afluência dos apoiantes do partido.

Ainda, não poderemos esquecer que no fim do ano de 2021 ocorreu a dissolução do Parlamento e a conseqüente marcação de eleições para a Assembleia da República que se realizaram em janeiro de 2022.



Apresentam-se em termos comparativos algumas rubricas dos gastos do PSD:

Gastos	2020	2021	Variação abs. 2020-2021	Variação % 2020-2021
Deslocações e Estadas	46 408,65	65 021,49	18 612,84	40,11%
Telecomunicações	60 774,57	69 710,20	8 935,63	14,70%
Serviços Informáticos de Dados	116 261,39	113 584,22	- 2 677,17	- 2,30%
Assistência Técnica Informática	5 248,00	15 744,00	10 496,00	200%
Serviços de contabilidade	78 597,00	90 700,20	12 103,20	15,40%
Combustíveis	29 906,60	47 302,43	17 395,83	58,17%
Vigilância e Segurança	83 765,16	87 030,28	3 265,12	3,90%
Prestação de serviços Media	7 084,80	7 084,80	-	0,00%
Manutenção de Viaturas	21 074,46	8 685,47	- 12 388,99	- 58,79%
Serviço de Correio Postal (CTT)	11 723,08	8 231,61	- 3 491,47	- 29,78%
Seguros	32 472,11	30 447,48	- 1 994,63	- 6,14%
Website do PSD	91 635,00	-	- 91,635,00	-
TOTAL	584 950,82	543 572,18	- 41 378,64	- 7,07%

Situações pontuais determinam algumas variações de valor não padronizado.

Manteve-se um escrupuloso controlo que impede infrações ao código da estrada, pelo que não se registou variação significativa quanto aos valores registados no ano anterior.

No que respeita ao seu parque automóvel, o PSD privilegiou a utilização de veículos automóveis em regime de aluguer. Esta decisão permitiu minorar a manutenção sem implicar investimento na sua aquisição.

Em 2021, a Sede Nacional do Partido transferiu para apoio às estruturas internas e autónomas, entre **subsídios ordinários, extraordinários** e a título de distribuição de **quotizações** recebidas, o montante de **€ 702.290,92**. Este valor contrasta com o ano de 2020 pois pelo facto de termos realizado, nesse ano, uma eleição direta, uma parte significativa dos militantes tinha a sua quotização regularizada para usufruir do seu direito de voto nas eleições internas de 2021.

Observa-se uma redução contínua dos gastos em correio postal (CTT) - muito devido à emissão e remessa dos avisos de pagamento de quotas por correio eletrónico e sms -, este processo encetado em 2018 continua a produzir efeitos positivos na poupança que se tem vindo a verificar.

RECURSOS HUMANOS E BALANÇO SOCIAL



Em 2021, o PSD consolidou sinergias quanto ao seu quadro de pessoal, houve também necessidade de nos adaptarmos ao regime de teletrabalho, alterando a forma como abordamos as ações a realizar.

O número de colaboradores do PSD manteve-se relativamente estável em 2021.

Data	01.01.2018	18.02.2018	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Nº. de colaboradores	81	78	76	73	71	70

Faixa etária	Nº. de colaboradores
25 a 35 anos	2
mais de 35 até 45 anos	18
mais de 45 anos até 60 anos	31
mais de 60 anos	19

Distribuição por qualificações	Nº. de colaboradores
Ensino básico	7
Ensino secundário	28
Ensino superior	33
Mestrado	1
Doutoramento	1

Relativamente ao movimento de colaboradores ou factos com estes relacionados, resumem-se de seguida os mais relevantes:

Movimentos	2021
Aposentações/reformas	-
Pré-reformas (negociadas)	-1
Novas contratações (contrato a termo para substituição temporária de outro colaborador)	-
Contratação - direção/assessoria política	-
Denúncia de contrato - direção/assessoria política	-

Ausências ao trabalho	Nº. de dias 2019	Nº. de dias 2020	Nº. de dias 2021	Colaboradores abrangidos
Baixa médica por doença	873	821	431	7
Licença de maternidade ou paternidade	104	70	-	-
Faltas justificadas	144	36	35	13
Faltas injustificadas	-	-	-	-

Em 2021 não foram instaurados processos disciplinares.

CONTENCIOSO JUDICIAL E AUTÁRQUICO

O Partido continua a defender que os gastos em campanhas eleitorais deverão ser limitados *à priori*.

O incumprimento desse limite terá de ser assumido por quem o efetua sem que tenha sido autorizado para tal.

Da mesma forma, quem gastou desmedidamente no passado deverá assumir as suas responsabilidades perante o PSD.

Esta medida implica que haja processos em Tribunais aos quais lhes caberá apreciar a responsabilidade do Partido em assumir despesa efetuada por terceiros sem que estivessem formalmente mandatados ou autorizados.

O rigor e a transparência das contas dos partidos políticos a isso o obriga. Não podemos sazonalmente ver o passivo incrementado de uma forma relevante por cada campanha eleitoral que se realiza e cuja despesa não corresponde à subjacente subvenção atribuída pelo estado.

O PSD durante o ano de 2021 entre processos intentados contra si, acordos de pagamento de dívidas pretéritas, reclamações de fornecedores de dívidas registadas na contabilidade decorrentes das autárquicas de 2017, injunções, entre outros, a Sede Nacional do PSD liquidou o montante de € 109,951,08.

Já em 2022 há que assinalar dois momentos que evidenciam a postura desenvolvida por esta direção.

Foi colocada uma injunção por parte de um grupo de empresas que alegadamente forneceu bens e serviços à candidatura em Oeiras nas eleições autárquicas em 2013.



Esses alegados fornecimentos, que não foram reportados nas respetivas contas de campanha e conseqüentemente não se encontravam registados nas contas do partido, ascenderam a € 109.390,90.

O valor da injunção intentada contra o Partido ascendeu a € 181.000,00 (capital, juros e custas). São estes devaneios que prejudicam a atividade do PSD e mancham o seu bom-nome e o PSD não pode deixar de lamentar as decisões judiciais produzidas já em duas instâncias, de onde não resultou que o PSD tivesse realizado aquelas contratações. Parece vigorar a ideia em muitas decisões judiciais de que os partidos devem pagar todas as dívidas, mesmo que outros, sem procuração ou autorização, meros terceiros, as tenham contratado alegadamente em nome do PSD. Este facto reforça a necessidade da clarificação da Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais. No processo referido relativo a Oeiras, o PSD não deverá prescindir de eventuais ações de regresso se, transitada a decisão em julgado, se demonstrar que o PSD foi mesmo condenado a pagar uma dívida como a descrita.

As penhoras efetuadas sobre saldos bancários, transversais a todas as estruturas do partido que operam sob o mesmo NIF, inviabilizam a movimentação de valores, bloqueiam a atividade, prejudicam o Partido como um todo.

Por outro lado, importa relevar que o PSD conseguiu que antigo candidato na Covilhã assumira o ressarcimento de gastos excessivos de campanha eleitoral autárquica em 2017 que nunca tiveram o acordo do PSD ou de qualquer dos seus legítimos representantes.

Pela primeira vez, o PSD procurou ser ressarcido em tribunal interpondo uma ação contra o então candidato a Presidente da C.M. da Covilhã. Este tema foi alvo de tratamento na imprensa por ser inédito.

Volvidos vários anos, foi possível chegar a um acordo com o Réu e então candidato, através da realização de uma transação judicial que o obriga a ressarcir o PSD no valor de € 40.000,00.



Na transação homologada pelo tribunal é dito, a certo momento, que: **“Autor e Réu aceitam que todas as despesas levadas a cabo no âmbito da Campanha Autárquica de 2017 não tiveram previamente a concordância dos órgãos Nacionais do Partido, sendo a Secretaria Geral alheia a essas contratações”**.

O PSD peticionava, desde logo, ao pagamento de uma indemnização de € 67.066,76 a título de danos patrimoniais, e € 20.000,00 a título de danos não patrimoniais.

O acordo chegado em sede judicial põe fim a esta parte do litígio, aguardando-se agora o seu cumprimento.

PROGRAMA DE FICHEIROS E APP MOBILE E PC



Tentou-se durante o ano de 2021 promover novas funcionalidades informáticas com o objetivo de facilitar a relação com os militantes. Os desenvolvimentos informáticos têm vindo a ser melhorados, o seu manuseamento tem-se tornado mais facilitado para o utilizador. A interligação entre processos é hoje uma realidade e a facilitação de acesso à informação por todas as estruturas do partido é uma realidade.

No início de 2021 foi lançada a **inscrição online com a validação através de leitor ou da chave digital do cartão de cidadão**. O PSD é o primeiro partido político português a lançar esta inovação.

Os candidatos deixam de ter de anexar documentos comprovativos se se inscreverem com o leitor ou a chave digital do cartão de cidadão, já que os dados pessoais são extraídos diretamente do cartão de cidadão.

Foi ainda lançada outra novidade nas eleições diretas de 2021, relacionada **com o voto em mobilidade**, que permitiu a cerca de 200 militantes votarem em seções onde não exercem a sua militância, por se encontrarem circunstancialmente deslocados. Esta faculdade lançada foi inédita e mostrou-se promissora, como forma de aumentar ainda mais a participação dos militantes.

Na organização do processo autárquico, como já descrito antes, foi introduzido o sistema SIGAF.

SUBVENÇÃO ESTATAL ANUAL

Para aferir-se o valor da subvenção importa considerar o valor do Indexante de Apoio Social (I.A.S.) para 2021, que se cifrou nos € 438,81 (inalterado quanto ao ano de 2020) e um conjunto de outras regras, em seguida discriminadas.

O n.º 1 do art.º 3º da Lei n.º 55/2010 de 24 de dezembro que estabelecia a redução das subvenções para financiamento dos partidos políticos em 10% até 31 de dezembro de 2013, foi alterado pelo art.º 1º da Lei n.º 1/2013 de 3 de janeiro, estipulando que essa redução vigorasse até 31 de dezembro de 2016.

Na presente data a Lei n.º 1/2013, suprarreferida, já foi substituída pela Lei n.º 4/2017 de 16 de janeiro, tornando os mencionados cortes provisórios em definitivos.

Após as eleições legislativas de 2019 os cálculos da subvenção são os seguintes:

Resultado obtido pelo P.P.D./P.S.D. - 1.417.492 votos no continente e nas regiões autónomas; e 36.791 nos círculos da emigração, totalizando 1.454.283 votos

$1.454.283 \times € 438,81 \times 1/135 - 10\% = € 4.254.359,49$ anuais (€ 354.529,96 mensais).



NOTAS FINAIS – NORMAS A QUE O PSD SE ENCONTRA SUBMETIDO



Partido Social Democrata encontra-se submetido, desde logo, ao cumprimento dos seguintes normativos:

- a)** Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, aprovada pela Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, atualizada;
- b)** Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto;
- c)** Lei da Organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (E.C.F.P.), aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro;
- d)** Estatutos e demais Regulamentos internos, concretamente o Regulamento Financeiro do PSD;
- e)** Manual de Procedimentos para a Área Financeira do PSD;
- f)** Regulamento n.º 16/2013 da E.C.F.P., publicado no Diário da República, Série II de 10 de janeiro de 2013.

CONCLUSÃO

O ano de 2021 continuou atípico, por força das restrições trazidas pela pandemia. Ainda assim, foi o ano em que se tentou retomar o quotidiano de maior intensidade política pré-pandemia.

O PSD continuou a promover a sua atividade e o combate político pelos diversos meios que lhe foram possíveis sem deixar de equacionar as medidas de segurança em vigor, com especial enfoque na preparação do processo autárquico. Nunca esquecendo que grande parte da nossa atividade esteve virada para as campanhas eleitorais, 2021 foi um ano especialmente árduo. Mas, esse esforço veio a demonstrar bons resultados, já que o PSD conseguiu ganhar novamente as Câmaras Municipais de Lisboa, Coimbra, Portalegre, Funchal, Barcelos, Águeda, Alcanena, Alter do Chão, Cartaxo, Castelo de Paiva, Figueira de Castelo Rodrigo, Góis, Horta, Lamego, Mêda, Miranda do Douro, Mogadouro, Mondim de Basto, Mourão, Nelas, Oliveira de Frades, Pedrógão Grande, Penacova, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Santa Cruz da Graciosa, São Roque do Pico, São Vicente, Sever do Vouga, Vila da Praia da Vitória, Vila Flor e Vila Viçosa. E tudo, enquanto se inseriu uma nova metodologia e processo na organização das autárquicas, que promoveu um maior acompanhamento dos mandatários financeiros locais e a definição clara de regras.

Em 2021, decorreu também, com sucesso, a organização do 39º Congresso Nacional, num modelo presencial, mesmo com regras relacionadas com a pandemia ainda apertadas.

Para reforçar a adesão de novos militantes foi lançada a inscrição online num processo interligado com as estruturas através de um sistema de *workflow*, que rastreia e regista toda a informação num único sítio. Este foi mais um passo no sentido da modernização informática do partido. E no início de 2021 este processo deu um passo decisivo com a inscrição com a chave digital ou leitor do cartão de cidadão, que dispensa a junção de documentos comprovativos por parte dos candidatos, reduzindo em consequência a burocracia destes processos.

Ainda em pleno encerramento do processo autárquico, vimo-nos envolvidos numa nova eleição direta e perante a preparação de uma campanha eleitoral para as legislativas de janeiro de 2022.

Como mensagem final, gostaria de deixar um agradecimento a todos os candidatos do PSD, a todos os militantes que se envolveram nos desafios exigentes do ano de 2021 e, naturalmente, mas não de somenos, um agradecimento especial aos nossos colaboradores. Estes, muitas vezes de forma invisível, são uma peça essencial no garante de tantas realizações que temos conhecido.

Como Secretário-Geral do PSD, sendo este provavelmente o último relatório que apresento em funções, é com sentido de dever cumprido que manifesto o orgulho no nosso partido, das nossas pessoas, nos nossos valores, na nossa missão. Que o futuro nos traga muitas alegrias e que possamos levar o partido em direção ao futuro, em prol do nosso país, em prol de todos os portugueses.

Lisboa, 27 de maio de 2022.

O Secretário-Geral

